



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 178224-5/01

Comarca: Jaboatão dos Guararapes – Vara: 2ª Cível

Agravante: Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Queromais Ltda.

Advogada: Manuela Beatriz Pontes Maciel

Agravado: Multifarinhas do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda.

Advogado: Cedric John Black de C. Bezerra

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. AGRAVO REGIMENTAL. PRESENÇA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA REQUERIDA. SERASA. DEVEDORA CONTUMAZ. PROTESTO DE TÍTULOS. DUPLICATAS. MANUTENÇÃO DO DECISÓRIO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO INSTRUMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

- Os requisitos que permitem a concessão do efeito suspensivo ficaram evidenciados no Agravo de Instrumento, devendo ser mantida a decisão, já que os elementos apresentados no presente recurso Regimental, não abalizam a pretensa alteração requerida;
- Não se discute no presente imbróglio recursal se deve ser decretada ou não a falência da devedora, e sim, a possibilidade de manutenção do termo “falência requerida” no serasa, já que a discussão do cabimento da falência deve ser efetivado no julgamento da ação originária;
- Em nenhum momento, a devedora contumaz demonstrou interesse em adimplir o débito, sendo necessário que a empresa credora ingressasse com a ação de falência, já que através dos outros meios possíveis não logrou êxito algum;
- Agravo regimental improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO REGIMENTAL nº 178224-5/01, tendo como agravante a empresa Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Queromais Ltda. e agravada a empresa Multifarinhas do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso interposto, confirmando a decisão interlocutória proferida no Agravo de Instrumento de nº 178224-5, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife, 15/12/2005

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 178224-5/01

Comarca: Jaboatão dos Guararapes - Vara: 2ª Cível

Agravante: Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Queromais Ltda.

Advogada: Manuela Beatriz Pontes Maciel

Agravado: Multifarinhas do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda.

Advogado: Cedric John Black de C. Bezerra

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

A empresa Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Queromais Ltda., através de seus advogados, intentou o presente recurso **Regimental** com o intuito de modificar o decisório proferido no **Agravo de Instrumento** de nº 178224-5 que, deferiu o pleito de efeito suspensivo referente a decisão proferida na Medida Cautelar Inominada de nº 222.2007.011720-7, determinando, em suma, o restabelecimento da inscrição "falência requerida" nos registros do SERASA, bem como dos lançamentos dos protestos dos títulos indicados, que embasaram o pedido de falência.

Afirma a empresa recorrente, em síntese, que no caso em apreço não restou configurado o estado falimentar alegado, vez que a ausência do estado de insolvência impede a declaração de falência do devedor empresário, portanto, a decisão ora combatida não pode permanecer incólume, pois desse modo causaria prejuízos irreparáveis a ela agravante

Assevera também, que é necessário o exaurimento de todos os meios de satisfação do crédito para que se busque a ação falimentar, além do mais, a presunção de insolvência não existe quando o credor sabe que o devedor possui bens livres para nomear à penhora ou efetuar acordo para pagamento com garantia real.

Esclarece ainda a empresa agravante, que a atual Lei de Falência visa a preservação das empresas e não a falência das mesmas.

Requer ao final que seja modificada a decisão concessiva de liminar proferida em sede de Agravo de Instrumento, e se não for esse o entendimento, que seja levado o feito à Mesa para julgamento, para que possa vir a ser reformada a decisão, através de julgamento do Órgão colegiado.

É o relatório.

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 178224-5/01

Comarca: Jaboatão dos Guararapes – Vara: 2ª Cível

Agravante: Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Queromais Ltda.

Advogada: Manuela Beatriz Pontes Maciel

Agravado: Multifarinhas do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda.

Advogado: Cedric John Black de C. Bezerra

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Pretende o recorrente através da interposição do presente Agravo Regimental, a modificação da decisão interlocutória, preliminarmente, e no mérito que o *decisum* imposto pelo Juízo de 1º grau seja restaurado, referente a decisão proferida na Medida Cautelar Inominada de nº 222.2007.011720-7, que determinou, em síntese, o restabelecimento da inscrição “falência requerida” nos registros do SERASA, bem como dos lançamentos dos protestos dos títulos indicados, que embasaram o pedido de falência.

Analisando o presente recurso regimental, percebo que o recorrente não demonstra qualquer elemento capaz de motivar a modificação da decisão prolatada anteriormente, vez que não trouxe ao bojo dos presentes autos, provas que ratificassem as alegativas apresentadas, apenas salientando que ocorreriam prejuízos a ele recorrente, além do mais, os danos a serem causados a parte adversa seriam muito maiores do que deveria suportar.

É mister salientar, que o caso em epígrafe se refere a uma Medida Cautelar Inominada relacionada a uma Ação de Falência, onde foi concedido o pleito liminar, no sentido de suspender a negativação da ora agravante perante os órgãos de proteção ao crédito, entretanto, tal decisório foi alterado através do imbróglia instrumental, já que a devedora não demonstrou nenhum interesse em adimplir o débito até o momento do ingresso da ação falimentar, por parte da ora recorrida.

Ora, embora inicial a discussão a respeito da concessão da medida liminar, observo que não foram apresentados elementos autorizadores para a modificação de tal “*decisum*”, pois estavam presentes as provas necessárias e indispensáveis a concessão do efeito suspensivo solicitado pela parte requerente, vez que a devedora contumaz não demonstrou até o presente momento o *animus* de realizar o pagamento do débito em epígrafe.

Outrossim, no caso em epígrafe não foram apresentados elementos capazes de fundamentar a modificação da decisão proferida no recurso de Agravo de Instrumento, onde estavam presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, ou seja, apenas com o julgamento do citado

recurso é que pode vir a ser modificado o decisório impugnado, pois do contrário, poderiam ser causados ainda mais prejuízos a empresa credora, que precisou ingressar com uma ação de falência para receber os valores a que tem direito assegurado.

Em relação a alegação de inexistência de estado falimentar não há qualquer afirmação nesse sentido, ao revés, quer se evitar tal desiderato, pois a devedora contumaz não demonstrou nenhum interesse em adimplir o débito existente, o que permite ao credor a busca por todos os meios cabíveis do pagamento a que tem direito, além do mais, a resolução quanto a possibilidade ou não de decretação de falência cabe ao julgador de 1º grau, pois havendo decisório nesse sentido, haveria clara supressão de instâncias.

Entendo que a nova Lei de Falência foi criada para garantir uma sobrevida a empresas com dificuldades financeiras, entretanto, não pode ser utilizada para que o devedor contumaz deixe de adimplir os débitos existentes, principalmente quando o credor tentou de todas as formas possíveis que o pagamento fosse efetuado. Nesse sentido, destaque-se que o protesto tem o fito de dar azo ao pleito falimentar, o que se ratifica com o julgado colacionado a seguir:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL - INEXISTÊNCIA - NOTIFICAÇÃO DO PROTESTO POR EDITAL NO CASO DE RECUSA À APOSIÇÃO DE ASSINATURA NA CARTA REGISTRADA - NECESSIDADE - PEDIDO DE FALÊNCIA APONTANDO A CRÉDITO COM VALOR EXCEDENTE AO EFETIVAMENTE DEVIDO - ANÁLISE DO PLEITO APÓS O DECOTE DO VALOR - ADMISSIBILIDADE - ANÁLISE DA QUESTÃO DA INOCUIDADE DA DUPLICATA DESACOMPANHADA DO COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DA MERCADORIA PELO COMPRADOR SOB A ÓTICA DOS ARTS. 1º, § 3º, DO DECRETO-LEI N. 7.661/45, 9º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 94, I, DA LEI N. 11.101/2005 - COMANDOS NORMATIVOS INÁBEIS A AMPARAR ESSA DISCUSSÃO - SÚMULA Nº 284 DO STF - APLICAÇÃO - IMPRESCINDIBILIDADE DO COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DA MERCADORIA PELO COMPRADOR - INOVAÇÃO RECURSAL - VEDAÇÃO - PEDIDO DE FALÊNCIA SEM PROTESTO ESPECIAL PARA ESSE FIM - ADMISSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSE PONTO, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A Corte de origem não incorreu em omissão alguma, conquanto tenha decidido contrariamente ao interesse da parte, motivo pelo qual se repele a indicada negativa de prestação jurisdiccional.
2. A tentativa de notificação do protesto, em primeiro lugar, deve ser feita pessoalmente no endereço fornecido pelo apresentante e contar, especialmente no caso de futuro requerimento de falência, com a identificação do nome do recebedor da intimação.
3. Todavia, quando a notificação pessoal do protesto não logra obter a identificação de quem se recusou a assinar a carta registrada, é de rigor a realização da intimação do protesto por edital como requisito necessário para sustentar o pedido de falência, tudo conforme o art. 15 da Lei n. 9.492/97 e os princípios da preservação e conservação da empresa, como in casu.
4. Como o pedido de falência, sobretudo, deve demonstrar que o devedor ostenta algum dos sinais indicativos de insolvência previstos na legislação falimentar, é viável que o julgador investigue a configuração de algum desses indícios após o decote

do valor excessivo, de sorte que não há falar em iliquidez da dívida nessa hipótese.

5. Caso o devedor opte por afastar o pleito falimentar mediante o instrumento do depósito elisivo (sediado no art. 98, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05), assiste-lhe a oportunidade de promover esse depósito levando em conta o valor que entende efetivamente devido e de manifestar o seu inconformismo acerca da quantia excedente na sua contestação.

6. A análise da questão da inocuidade da duplicata desacompanhada de comprovante de recebimento da mercadoria pelo comprador sob a ótica dos arts. 1º, § 3º, do Decreto-Lei nº 7.661/45, 9º, parágrafo único, e 94, I, da Lei n. 11.101/2005 é inviável em razão de o conteúdo normativo desses dispositivos ser incapaz de amparar essa discussão, a atrair o óbice da Súmula n. 284/STF.

7. O tema da imprescindibilidade da prova do recebimento da mercadoria pelo comprador como requisito solene não foi ventilado pelo recorrente na Instância de origem, de maneira que a sua suscitação no presente recurso especial importa em inovação da controvérsia, vedada por Corte. Ad argumentandum tantum, seria inviável a conclusão do Sodalício a quo acerca da comprovação do êxito na entrega da mercadoria ao comprador, por força do édito da Súmula n. 07/STJ.

8. É prescindível o protesto especial para a formulação do pedido de falência.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

(Processo: REsp 1052495/RS RECURSO ESPECIAL 2008/0089812-8; Relator: Ministro MASSAMI UYEDA; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do julgamento: 08/09/2009; Data da Publicação/Fonte: DJe 18/11/2009).

Ora, ficou latente que não é necessário o protesto para o ingresso com a ação falimentar, portanto, no caso em evidência não há que se falar em vício algum por parte do credor que ingressou com a ação de falência em decorrência de débito existente, tendo, inclusive, realizado o protesto dos títulos (duplicatas).

Assim, como já disse, não podem prosperar os argumentos contidos no presente agravo regimental, principalmente porque não restam latentes os requisitos que poderiam vir a abalizar a modificação da decisão guerreada, quais sejam o *perigo da demora* e a *fumaça do bom direito*, que passo a transcrever:

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

A empresa Multifarinhas do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda, por meio de seus representantes legais, ingressou com o presente imbróglio recursal com o fito de alterar a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que nos autos da Medida Cautelar Inominada de nº 222.2007.011720-7, determinou a retirada da inscrição "falência requerida" dos registros do SERASA, bem como a suspensão dos efeitos dos protestos dos títulos que embasam o pedido de falência, além do cancelamento dos apontamentos cadastrais restritivos de crédito - SPC e SERASA - no referente a tais títulos. Afirma a empresa recorrente, que na data de 31 de outubro de 2007, a agravada ajuizou contra ela uma Medida Cautelar Inominada relacionada ao processo de Falência em trâmite, alegando, em síntese, que a ação falimentar foi utilizada como "instrumento de coerção" para receber o crédito que é titular. Assevera a agravante, que em 07 de outubro do corrente ano, a agravada aditou a inicial, aduzindo que as duplicatas emitidas pela

recorrente, que seriam alvo de questionamento judicial, foram levadas a protesto, impossibilitando a realização de qualquer operação financeira e, pois, causando-lhe prejuízos e danos irreparáveis. Aduz também, que a liminar ora combatida, corresponde à junção das decisões proferidas às fls. 28/29, 54/56 e 69 dos autos da Cautelar.

Esclarece ainda a agravante, que no dia 31 de maio de 2006, em face da inadimplência da recorrida, quanto ao pagamento das duplicatas de números 5057-2, 5068-2, 5216, 5216-2, 5217, 5217-2, 5803 e 5803-2, no valor total de R\$ 69.020,00 (Sessenta e nove mil e vinte reais), foi interposta a Ação de Falência com fundamento no art. 94, I, da Lei 11.101/2005, distribuída sob o nº 222.2006.006652-9, além do mais, a agravada reconheceu a dívida em sua peça de contestação (fls. 56/60 da Falência), inclusive propondo um parcelamento do débito em evidência.

Assegura ao final, que a agravada inicialmente reconhece a procedência e a validade do débito que tem para com a agravante, inclusive propondo o pagamento em parcelas (defeso no processo de falência), ora, em total contradição e evidente má-fé, pugna pela sustação dos efeitos dos respectivos protestos, além do mais, a exclusão da inscrição "falência requerida" contra a agravada, dos registros do SERASA, bem como a suspensão dos efeitos dos protestos dos títulos que fundamentam o pleito falimentar causam prejuízo irreparável a ela recorrente, vez que impossibilita o exercício de seu direito de crédito.

É o relatório. Passo a decidir.

A tempestividade do presente recurso está demonstrada diante das provas apresentadas, pois a empresa agravante apenas foi intimada das 3 (três) decisões proferidas na data de 13 de outubro de 2008, dia em que foi juntado o mandado de intimação aos autos originários.

Inicialmente, percebo que deve prosperar o pleito liminar da recorrente, vez que claros os requisitos necessários a concessão do mesmo, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris.

As provas apresentadas pela agravante deixam latente o débito da empresa recorrida, inclusive a própria ré afirma que é devedora no caso, conforme se depreende da solicitação de parcelamento apresentada no momento da interposição da contestação juntada aos autos do processo falimentar, além do mais, ficou evidente que a Ação de Falência intentada não foi interposta com caráter coercitivo, e sim, apenas para se respeitar a lei aplicável a demanda.

Destaco, que a retirada da inscrição "falência requerida" dos registros do SERASA, bem como a suspensão dos efeitos dos protestos dos títulos que embasam o pedido de falência, além do cancelamento dos apontamentos em cadastros restritivos de crédito - SPC e SERASA - no que se refere a tais títulos é ato contrário ao ordenamento jurídico pátrio, vez que essa atitude apenas beneficia o devedor, causando prejuízos ainda maiores ao credor de boa-fé.

Ora, por que a empresa recorrida esperou que a credora ingressasse com um processo falimentar para tomar qualquer atitude? Na sociedade atual não pode o devedor contumaz ser beneficiado em detrimento de empresa que atua com boa-fé, portanto, a inscrição do nome da agravada perante os órgãos de proteção ao crédito deve ser restabelecida, no que tange as duplicatas descritas na exordial.

Observe, nesse momento, que ficaram demonstrados os elementos necessários a concessão do efeito suspensivo, como já disse, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris, portanto, cabível o deferimento do pleito, diante da possibilidade de serem causados prejuízos incalculáveis a empresa recorrente.

Ante o exposto e diante da existência das provas necessárias a concessão da liminar pleiteada, DEFIRO o pedido que busca

5
u

076

emprestar efeito suspensivo ativo ao presente Agravo de Instrumento, anulando as decisões proferidas pelo togado de 1º grau, para, conseqüentemente, restabelecer a inscrição "falência requerida" nos registros do SERASA, bem como restituir os efeitos dos protestos dos títulos que embasaram o pedido de falência (Protocolos de números 173.402, 173.479, 173.480, 174.847 e 175.177 do Cartório de Protestos do 1º Ofício de Jaboatão/PE; e, Protocolos de números 715731 e 715732 do Cartório de Protestos do 2º Ofício de Jaboatão/PE e restaurar os apontamentos nos cadastros restritivos de crédito - SPC e SERASA - no que se refere aos títulos citados acima.

Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar resposta ao presente recurso no prazo estabelecido em lei.

Dê-se ciência ao Juiz da causa sobre a medida adotada para imediato cumprimento.

Publique-se. Recife, 02/03/2009.

Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

Adernais, no caso em tela não ficaram evidentes os requisitos autorizadores para a modificação da decisão combatida, pois não foi demonstrado o latente prejuízo que a empresa recorrente menciona, e sim, poderiam ser causados graves prejuízos a parte adversa, caracterizando, portanto, o *periculum in mora* inverso.

Diante do exposto e a míngua de elementos que possibilitem a modificação da decisão proferida, **VOTO PELO IMPROVIMENTO** do presente agravo regimental, mantendo incólume a decisão denegatória discutida, até o julgamento final do Agravo de Instrumento de nº 178224-5.

É como voto.

Recife, 12/12/2005

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator